

# APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO “*ESPAÇOS PÚBLICOS E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS NAS AMÉRICAS*”

**Anderson Roberti dos Reis**

Universidade Federal de Mato Grosso

**José Alves de Freitas Neto**

Universidade Estadual de Campinas

**Correspondência:**

Programa de Pós-Graduação em História/ICHS/UFMT

Av. Fernando Correia da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cuiabá

Mato Grosso - 78060-900

E-mail: [dosreiss@gmail.com](mailto:dosreiss@gmail.com)

Departamento de História /IFCH/UNICAMP

Rua Cora Coralina, 100 - Cidade Universitária Zeferino Vaz

CEP 13083-896 - B. Geraldo - Campinas - São Paulo - Brasil

E-mail: [jafneto@uol.com.br](mailto:jafneto@uol.com.br)

Há algumas décadas a historiografia dedicada às Américas, e especialmente à América Latina, tem experimentado uma diversificação de temas e enfoques que dialogam com os processos históricos vivenciados após o final de regimes ditatoriais e com as novas conformações políticas e econômicas do continente. Questões levantadas sobre temas capitais como o par público/privado, as demandas da sociedade civil, as dimensões constitutivas da cidadania, as diferentes abordagens de temas culturais explicitam uma premissa que nos parece basilar: a história é sempre escrita desde um presente! Um presente amplo, é verdade, capaz de reunir em si categorias que o complementam e, no mesmo passo, o definem, a exemplo da noção de espaço, de instituição, de tempo, de temporalidade etc.

Considerando tal pressuposto, temos a satisfação de apresentar este dossiê, cuja proposta contempla uma reflexão tão valiosa quanto necessária ao tempo presente. “Espaços públicos e circulação de ideias nas Américas”, tal foi tema oferecido como desafio aos autores que escreveram neste volume. De modo geral, buscamos com o conjunto “espaço público e circulação de ideias” a agência de diferentes grupos e os enfrentamentos que compuseram um repertório de indagações de domínio amplo e compartilhado – em suas concordâncias ou nas discordâncias, por meio do debate público perceptível em circunstâncias de maior ou menor liberdade, e mesmo nos períodos de interdições que marcaram a história do continente. Num mesmo golpe, visualizamos movimento (as circulações) e uma arena capaz de capturá-lo (os espaços públicos), ainda que instantaneamente, a fim de compreendê-lo, esmiuçá-lo.

O historiador Tulio Halperin Donghi já nos havia indicado uma chave de leitura importante para esse jogo entre circulações e suas apropriações. O “uso público da razão”, conforme ele notara, elabora-se com base em discursos mobilizadores e estruturadores das linguagens políticas, constituindo-se, portanto, em produto e produtor de significados heterogêneos. A pulverização entre diferentes audiências e identidades que podem ser reivindicadas por ideias que circulam em espaços públicos sugere outro exercício relevante, e que atravessa este dossiê: questionar premissas homogeneizantes e, ao mesmo tempo, reconhecer a variedade das pesquisas que consideram a existência de espaços públicos como o local privilegiado para a ação política, e que observam como a circulação de ideias ultrapassa fronteiras, criando significações distintas em cada época. Do legado colonial à emergência das nações contemporâneas, recuperando a ideia do *letrado* colonial de Angel Rama ou do *letrado patriota* do período das independências, por exemplo, há um vasto repertório de ênfases e questões próprias à formação das sociedades americanas, com seus traumas, fragmentações e pluralidades. Os paradoxos na construção do espaço público e da circulação de ideias exigem, ainda, questionar a idealização dos feitos da moderna cidadania na emergência das repúblicas ou mesmo dos grupos políticos que se organizaram em torno das questões da memória nos debates estabelecidos a partir do final das mais recentes ditaduras militares.

O leitor encontrará nas páginas desta edição de **Territórios & Fronteiras** um rol de artigos que desdobraram o tema proposto em muitas faces distintas e instigantes, oferecendo aos interessados em história das Américas reflexões originais. As boas vindas à discussão ficaram por conta de Pablo Piccato e seu artigo *A esfera pública na América Latina: um mapa da historiografia*, versão em língua portuguesa do texto publicado originalmente em 2010 na revista *Social History*. Além de propor uma revisão historiográfica criteriosa, Piccato nos convida a pensar sobre as implicações teóricas e metodológicas dos usos da categoria de “esfera pública”, e também a respeito das possibilidades de se fazer uma “história da esfera pública” no continente. Esfera pública e hegemonia; Habermas e Gramsci: tais são os pontos que balizam sua análise, aproximando-se muitas vezes, mas sem necessariamente

se misturar.

Ao percorrer o texto de Pablo Piccato o leitor perceberá que os historiadores interessados no debate em torno da esfera pública na América se dedicaram majoritariamente ao período posterior às independências. A definição dos espaços da ação política, de outras linguagens e de novos atores nas repúblicas recém-independentes foi acompanhada de recorrentes investidas de cunho intelectual com vistas a construir sentimentos de pertença, laços nacionais. Um conjunto de análises sobre esse tema, enfatizando tempos e espaços distintos na América espanhola, é o que se encontrará nos três artigos que se seguem ao texto de abertura. Maria Elisa Noronha de Sá, em *Por uma nova ordem de coisas: as reformas rivadavianas na década de 1820 na província de Buenos Aires*, retoma as proposições de Reinhart Koselleck para examinar as experiências de tempo dos sujeitos envolvidos com os processos de emancipação política e construção do Estado-nação na Argentina dos anos 1820. Conceitos caros a intelectuais e políticos do século XIX, a exemplo de “revolução”, “nação”, “progresso”, “história”, consistem em vigorosas portas de entrada para a compreensão histórica na medida em que permitem aos historiadores acompanhar e interpretar as mutações semânticas pelas quais eles passam. Conceitos, linguagens, circulações, apropriações, modernização dos espaços políticos, formação dos estados nacionais: esses são alguns dos elementos em torno dos quais se organiza o referido artigo.

A circulação de ideias e linguagens pode ser observada em fontes menos exploradas no debate sobre o espaço público. A troca de cartas entre um soldado e seu irmão durante os anos 1862 e 1867, período em que no México materializaram-se os desejos de expansão de Napoleão III, é reveladora de apreensões e questionamentos abordados por Gabriela Pellegrino Soares em *A correspondência de Augustin-Louis Frélaud durante a intervenção francesa no México (1862-1867)*. Como as populações indígenas teriam se movimentado ante a intervenção francesa no México? As respostas emergem do conjunto epistolar de Frélaud, juntamente com as possibilidades variadas de se pensar a circulação de bens, pessoas, ideias e as tensões que permeavam as relações entre os diferentes atores que se enfrentavam nos espaços políticos e intelectuais do México dos anos 1860.

Se com o texto de Gabriela Pellegrino Soares vislumbramos a percepção “estrangeira” sobre os indígenas “mexicanos”, elaborada num momento em que se buscam as raízes históricas e nacionais do novo país, no artigo de Maria Helena Rolim Capelato, encontramos o tema da produção da identidade nacional e política, porém agora no Chile. Da emulação dos modelos europeus, própria do impulso modernizador verificado a partir das últimas décadas do século XIX, até a emergência de um pensamento conservador após o golpe de Pinochet, em 1973, acompanhamos a trajetória de uma proposta: a criação da identidade nacional chilena em três tempos. O ser chileno, argumenta Capelato, é criado e recriado em três chaves distintas: com a recuperação do mito de Diego Portales, um dos pais fundadores da pátria, nos anos 1920 e 1930; com a propagação de uma historiografia re-

visionista que pretendia responder às crises pelas quais passava a sociedade chilena de meados do século XX; e com um discurso conservador sobre a identidade, formulado nos anos da ditadura. A leitura desse artigo não deixa dúvidas: a história é sempre escrita desde um presente!

A noção de que a agência de diferentes grupos e os enfrentamentos nos espaços públicos, nas democracias ou nas ditaduras, integram o tema deste dossiê fica bem documentada no texto de Paulo Renato da Silva, *A oposição na “literatura stonista” e a opinião pública na ditadura do general Alfredo Stroessner (Paraguai, 1954-1989)*. Enquanto notamos no Chile a construção de um discurso identitário, atrelado a um pensamento conservador, observamos no contexto paraguaio analisado as possibilidades de dissenso, interpretadas com base na análise da própria literatura stonista. Na disputa pelo controle do espaço e da opinião públicos, o enfrentamento indicava a necessidade de o discurso oficial reconhecer e se apropriar de princípios que eram identificados nas demandas da oposição, frequentemente representada na literatura simpática ao regime de Stroessner.

Se o tema do dossiê sugere um viés eminentemente político, há que se considerar que ele permite a problematização em outros âmbitos. Com o artigo de Beatriz Helena Domingues, acompanhamos de perto os modos pelos quais o historiador norte-americano, e brasilianista, Richard Morse leu e se apropriou dos escritos de Gilberto Freyre. Ou melhor: o modo como este se fez presente na obra daquele. A hipótese do artigo se cristaliza em seu próprio título: *A presença de Gilberto Freyre na obra de Richard Morse*. A familiaridade da historiadora com os escritos de Morse e seu entusiasmo ao perseguir as “matrizes freyrianas” no pensamento do brasilianista são reveladoras de uma operação historiográfica que dialoga com ideias e reapropriações de nomes basilares do debate cultural latino-americano. Em *O cinema se alastra pela América Latina: repercussões do novo espetáculo*, artigo assinado por Miriam V. Garate, a autora analisa uma série de escritores e cronistas de diferentes partes da América que abordaram a novidade que representava o cinema. As relações entre o espetáculo cinematográfico, pleno de efeito de realidade, e a vida cotidiana não demoraram a ser registradas por aqueles cronistas, que muitas vezes concebiam o cinema como um espaço de evasão do mundo real. Ou mesmo como “paliativos imaginários” antes a crueza da vida, publicizando experiências e a formação de uma audiência que traz questões originais na descoberta das sedutoras imagens audiovisuais

O artigo que fecha o dossiê recoloca o problema da circulação de ideias valendo-se de uma proposta metodológica conveniente à própria noção de “circulação”: a história Atlântica. *Hereges nos mares de Deus. A ação de corsários como episódio das Guerras de religião no século XVI*, de Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, propõe ao leitor um retorno ao período colonial, para que se possam observar as trocas e circulações de ideias, nem sempre amistosas, entre representantes do catolicismo e de grupos reformistas. Tendo o Atlântico como palco, argumenta Luiz Estevam, piratas e corsários, os personagens principais dessa trama, tornavam-se algo além

de saqueadores, ou de um entrave político e econômico às monarquias ibéricas: eles passavam a ser agentes disseminadores de ideias religiosas e, portanto, armas eficazes nas disputas pelas almas.

Agradecemos aos pesquisadores que integram o dossiê, ao Conselho Editorial da **Territórios & Fronteiras** e esperamos que cada um dos trabalhos apresentados, em suas reflexões e propostas peculiares, com seus enfoques e recortes, possa contribuir para a ampliação dos debates sobre o “Espaço público e circulação de ideias nas Américas”. Afinal, trata-se de um território do qual fazemos parte, mas que, por diferentes processos, ainda expressa uma ambiguidade de proximidade e distanciamento para grande parte dos pesquisadores brasileiros.

Boa leitura!  
Os organizadores